

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS - CCJ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS - DCJ
CURSO DE DIREITO

MARCELLA LAÍS DE AZEVEDO VERÍSSIMO

**A PARADIPLOMACIA E O PROJETO “GIRA-MUNDO” COMO INSTRUMENTO
PARA O APRIMORAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, NO ESTADO DA
PARAÍBA**

SANTA RITA

2022

MARCELLA LAÍS DE AZEVEDO VERÍSSIMO

**A PARADIPLOMACIA E O PROJETO “GIRA-MUNDO” COMO INSTRUMENTO
PARA O APRIMORAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, NO ESTADO DA
PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Direito do Departamento de
Ciências Jurídicas da Universidade Federal
da Paraíba, como exigência parcial da
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Jurídicas.

Orientadora: Prof^o. Dr^a. Alessandra Danielle
Carneiro dos Santos Hilário

SANTA RITA

2022

**Catálogo na publicação Seção de Catalogação e
Classificação**

V517p Veríssimo, Marcella Laís de Azevedo.

A paradiplomacia e o projeto "Gira-Mundo" como instrumento para o
aprimoramento da educação básica, no estado da Paraíba / Marcella Laís de
Azevedo Veríssimo.

- Santa Rita, 2022.

49 f.

Orientação: Alessandra Danielle C. S. Hilário. Monografia
(Graduação) - UFPB/DCJ/SANTA RITA.

1. Paradiplomacia. 2. Gira Mundo. 3. Educação. 4. Direito Fundamental.
I. Hilário, Alessandra Danielle Carneiro dos Santos. II. Título.

UFPB/BS/DCJ

CDU 34

MARCELLA LAÍS DE AZEVEDO VERÍSSIMO

**A PARADIPLOMACIA E O PROJETO “GIRA-MUNDO” COMO INSTRUMENTO
PARA O APRIMORAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, NO ESTADO DA
PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Direito do Departamento de
Ciências Jurídicas da Universidade Federal
da Paraíba, como exigência parcial da
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Jurídicas.

Orientadora: Prof^o. Dr^a. Alessandra Danielle
Carneiro dos Santos Hilário

Banca Examinadora:

Data da Aprovação: _____

Prof^a. Dr^a. Alessandra Danielle Carneiro dos Santos Hilário (Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Werna Karenina Marques de Souza (Examinadora)

Prof. Me. Alex Taveira dos Santos (Examinador)

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

A minha família e aos meus amigos que incentivaram nos momentos difíceis e prestaram apoio incondicional no tempo em que me dediquei a esse trabalho.

Aos professores, pelas correções, ensinamentos e conselhos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso.

RESUMO

O presente estudo se propõe a explicar sobre a Paradiplomacia, seu conceito, atribuições e sua importância para a autonomia dos Estados e Municípios, entes subnacionais, tomando como estudo de caso o Projeto “Gira-Mundo” e seus reflexos na sociedade. Será realizada uma análise, com o levantamento dos programas frutos do Projeto Gira Mundo que foram implementados no Estado da Paraíba por professores e estudantes do ensino médio da rede pública estadual da Paraíba, com o intuito de revelar a Paradiplomacia como um fenômeno que vai além de acordos políticos, mas que reflete diretamente na sociedade local, sendo um instrumento de transformação social e de melhoria da qualidade de vida. Através de pesquisas bibliográficas, foi feita uma análise de como o Projeto Gira Mundo, fruto de uma relação Paradiplomática, pode vir a abrir um novo horizonte de perspectivas aos seus participantes, fazendo com que eles implementem no Estado o conhecimento adquirido em outros países, através de programas inovadores que proporcionam mais autonomia política e melhora na qualidade de vida. Dessa forma, este trabalho, pretende demonstrar, através do caso prático, a Paradiplomacia como um mecanismo para reafirmar um direito fundamental, previsto na Constituição Federal, através do direito à educação e ao desenvolvimento social.

Palavras-chave: Paradiplomacia; Gira Mundo. Educação; Direito Fundamental.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 A PARADIPLOMACIA E AS INVESTIGAÇÕES SOBRE A POSSIBILIDADE DE UTILIZÁ-LA COMO UM MECANISMO DE AUTONOMIA E EXPANSÃO DOS GOVERNOS SUBNACIONAIS PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS DO PRÓPRIO PAÍS	11
2.1 CONCEITO DE PARADIPLOMACIA	12
2.2 RELAÇÃO DA PARADIPLOMACIA COM OS GOVERNOS SUBNACIONAIS;	15
2.3 A PARADIPLOMACIA COMO MECANISMO DE AUTONOMIA E EXPANSÃO.	20
3 PARADIPLOMACIA COMO FORMA DE GARANTIR UM DIREITO FUNDAMENTAL BÁSICO À EDUCAÇÃO ATRAVÉS DA DEMONSTRAÇÃO DE SUA APLICABILIDADE NO PROJETO “GIRA-MUNDO”;	23
3.1 EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL	23
3.2 ANÁLISE DO DOCUMENTO DE CRIAÇÃO DO PROJETO “GIRA-MUNDO”	27
3.3 RELAÇÃO PRÁTICA DO PROJETO COM A PARADIPLOMACIA E SUAS APLICABILIDADES EDUCACIONAIS E SOCIAIS.....	31
4 PROJETO GIRA-MUNDO NA PRÁTICA: DESTAQUES DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	34
4.1 LEVANTAMENTO DOS PROGRAMAS ADVINDOS DO PROJETO “GIRA-MUNDO” E IMPLEMENTADOS PELOS ALUNOS E SUAS REAIS APLICABILIDADES.....	35
4.2 LEVANTAMENTO DOS PROGRAMAS ADVINDOS DO PROJETO “GIRA-MUNDO” E IMPLEMENTADOS PELOS PROFESSORES E SUAS REAIS APLICABILIDADES.....	37
4.3 MUDANÇAS OCORRIDAS NAS REGIÕES ABARCADAS PELOS PROJETOS.....	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS.....	47

1 INTRODUÇÃO

A Paradiplomacia vem se transformando em um fenômeno cada vez mais imponente, devido a sua importância para a autonomia dos Estados e Municípios. Esse envolvimento dos entes subnacionais (Estados, Municípios e Distritos) na realização de tratados internacionais mostra-se uma ferramenta imprescindível para a garantia de direitos fundamentais.

É através da análise do caso prático do Projeto “Gira-Mundo”, um projeto idealizado e implementado pelo Governo da Paraíba, com o intuito de proporcionar um intercâmbio cultural e educacional, gerando meios diversos de acesso à educação, a fim de que os seus partícipes, estudantes e professores da rede pública de ensino do Estado da Paraíba, reflitam seus aprendizados em programas a serem instalados e concretizados na sociedade, que se busca demonstrar a possibilidade de proporcionar uma melhoria no plano educacional e social.

Essa análise acerca do Projeto se realizará por meio de um levantamento dos programas, frutos dos estudos advindos do Projeto Gira Mundo, que foram implementados no Estado da Paraíba, com o intuito de revelar a Paradiplomacia como fenômeno que vai além de acordos políticos, mas que reflete diretamente na melhoria da qualidade de vida da sociedade local. Dessa forma, este trabalho, pretende demonstrar, através do estudo de caso prático do Projeto, a Paradiplomacia como um mecanismo para reafirmar Direitos Fundamentais, previstos na Constituição Federal, neste caso, o direito à educação.

O presente trabalho utilizar-se-á do método de pesquisa descritiva e terá caráter hipotético-dedutivo, com ênfase na observação e estudo documental, como forma de apresentar o Projeto com base nas teorias trazidas com toda a pesquisa bibliográfica realizada.

Os procedimentos técnicos que serão empregados possuem um caráter documental e de estudo de caso, por analisar o Projeto Gira Mundo como referencial para explicar a relação paradiplomática existente nos tratados firmados pelo Estado da Paraíba com os países estrangeiros no ramo da educação, bem como um caráter bibliográfico, devido à análise das teorias existentes a respeito da Paradiplomacia.

A partir da demonstração prática da Paradiplomacia exercida através do Projeto Gira Mundo, com a finalidade de abrir um novo horizonte de perspectivas aos seus participantes, fazendo com que eles implementem no Estado o que foi

aprendido em outros países, realizando programas inovadores que proporcionem mais autonomia política, diversidade no campo da educação básica e melhorias no campo social, pretende-se ratificar a importância dos acordos paradiplomáticos para os entes subnacionais.

Nesse contexto, é analisando o caso prático em questão, situando-o como um tipo de acordo paradiplomático que se pretende, a possibilidade de utilizá-la como um mecanismo de autonomia e expansão dos governos subnacionais para além das fronteiras do próprio país. Com isso, faz-se necessário demonstrar a aplicação da Paradiplomacia no Projeto Gira Mundo, os princípios e diretrizes do Projeto para, com isso, analisar as abordagens teóricas adotadas pelos participantes, tanto estudantes como professores, para o desenvolvimento dos programas advindos do Projeto que foram implementados no Estado e como eles estão, de fato, contribuindo para o desenvolvimento social e educacional.

O presente estudo irá avaliar a Paradiplomacia, seu conceito, o histórico de sua formação e suas atribuições no plano internacional, além da forma como foi recepcionada, conceituada e implantada no Brasil, os métodos que foram abordados para o seu deslinde e para, conseqüentemente, demonstrar as suas particularidades.

Pontua-se que, no Brasil, a Paradiplomacia começou a ser implantada aos poucos, sendo abordada de diferentes formas e, com a sua avaliação e verificação de suas ações, ocupou um espaço muito importante de tratativas no plano internacional de assuntos pouco tratados nas relações diplomáticas, como por exemplo, as questões ambientais e educacionais, que serão o enfoque do estudo.

Os acordos paradiplomáticos realizados entre os entes subnacionais e os organismos internacionais serão detalhados com o intuito de demonstrar uma nova forma adotada pelos Estados e Municípios (entes subnacionais) na tentativa de resolução de seus conflitos e necessidades, inclusive com possíveis implicações de melhoramento da educação básica.

É a possibilidade de demonstrar a Paradiplomacia como um fenômeno que pode ser melhor explorado e implantado nos Estados para que atuem em prol do seu desenvolvimento, dar-se-á um enfoque justamente nos retornos, decorrentes desse Projeto, trazidos à sociedade e ao universo educacional da sociedade paraibana.

Será demonstrado que a paradiplomacia se caracteriza, por ser um novo paradigma das relações internacionais. A sua análise, enquanto objeto de estudo, não pode ser dissociada das transformações do mundo globalizado e da necessidade que se impõe aos entes subnacionais, qual seja, de articulação em diversos níveis (HOCKING, 1993). Com isso, o primeiro capítulo irá tratar sobre as investigações acerca da paradiplomacia, capazes de reafirmar a premissa de que a mesma é um mecanismo que proporciona maior autonomia e expansão dos governos subnacionais.

Os entes subnacionais, com o advento da globalização e das consequentes novas necessidades do atual mundo globalizado, notaram um aumento de demandas particulares e individuais que necessitavam de uma atenção mais voltada a resolver, de forma objetiva e pontual, as suas particularidades. Foi a partir dessas novas necessidades que esses entes passaram a realizar tratados e acordos paradiplomáticos com organismos internacionais para, assim, realizar a troca de conhecimento e de experiências úteis às suas regiões e demandas.

O segundo capítulo, por sua vez, procura compreender e interpretar a sistemática de atuação dos entes subnacionais no plano internacional, por meio das relações paradiplomáticas por eles estabelecidas, como forma de proporcionar melhorias socioeconômicas, consequentemente, melhor qualidade de vida e até mesmo garantir a manutenção de direitos fundamentais básicos, como o direito à educação.

É através da análise do caso prático do Projeto Gira Mundo e dos programas implementados no Estado da Paraíba que o presente estudo pretende demonstrar, por meio de uma área mais específica (educação), a paradiplomacia como um fenômeno capaz de unir locais com conhecimentos, realidades e mentalidades diferentes para que as pessoas consigam, através de um intercâmbio cultural e social, aplicar na sua região natal os valores e conhecimentos adquiridos durante a jornada.

Tem-se, no terceiro capítulo, uma análise pontual do Projeto Gira Mundo como um agente possibilitador de transformação do quadro educacional e social do Estado, com o objetivo de proporcionar um intercâmbio educacional para estudantes e professores da rede pública de ensino da Paraíba. É através da análise dos programas, frutos do resultado desse Projeto, que foram implementados no Estado paraibano que se demonstrou as benfeitorias, expansão de conhecimentos, práticas

e possíveis melhorias do Projeto através de novos tratados advindos das relações paradiplomáticas.

É com a demonstração prática que se busca enfatizar a importância das práticas paradiplomáticas para os entes subnacionais, tanto no plano político – econômico, quanto no plano social-educacional, de melhoria na qualidade de vida e perspectiva de futuro.

2 A PARADIPLOMACIA E AS INVESTIGAÇÕES SOBRE A POSSIBILIDADE DE UTILIZÁ-LA COMO UM MECANISMO DE AUTONOMIA E EXPANSÃO DOS GOVERNOS SUBNACIONAIS PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS DO PRÓPRIO PAÍS

Com o advento da globalização e as demais inovações que foram surgindo, aumentaram-se as demandas individuais de cada cidade/município/região, esses organismos, conhecidos como entes subnacionais como será discorrido ao longo do capítulo, começaram a apresentar, cada vez mais, necessidades particulares que demandavam uma atenção mais objetiva.

Diante disso, esses entes subnacionais passaram a realizar acordos e tratados com Organismos Internacionais com o intuito de adquirir mais autonomia para resolver suas questões particulares e, assim, ter a possibilidade de ultrapassar fronteiras. Essa possibilidade surgiu a partir das relações das práticas paradiplomáticas e das trocas de conhecimento advindas dessa relação.

No Brasil, foi com o advento do século XIX e a consequente proclamação da República e da Constituição à época vigente de 1891, que houve o fenômeno da descentralização federativa, permitindo, assim, que os governos estaduais adquirissem mais autocontrole, autonomia e desejo de iniciar uma busca por relações externas. (Maia e Saraiva, 2012).

Em contrapartida, a atuação de entes subnacionais na realização de acordos e de pactos internacionais, mundialmente falando, pode ser notada desde o século XVIII com os acordos pactuados pela rede diplomática dos estados alemães.

Foi com a expansão da revolução industrial, no Brasil, que se intensificaram os acordos para comercialização e transação financeira. Ademais, com a crise energética de 1970, houve uma redução da liberação de capital para as autoridades locais, o que fez com que os governantes procurassem alternativas para o cerceamento financeiro, através de acordos internacionais. Então, muda-se o cenário para incluir novos agentes, como Municípios, Estados, organismos internacionais, etc, os considerados “entes subnacionais”.

Dallari (2003, p.254) pontua que faz-se necessário antes de adentrarmos no assunto de entes subnacionais, entender que existem classificações diferentes de

Estado, o federal e o unitário, pontuando o primeiro como sendo o que conjuga vários centros de poder político autônomo, possuindo maior autonomia e o segundo como sendo o que têm um poder central que é a cúpula e o núcleo do poder político.

Os entes subnacionais, por sua vez, podem ser considerados estados unitários por desempenhar funções de estado, sendo apenas suas ações limitadas pela Constituição. Em decorrência do forte crescimento de atuação desses entes, percebe-se que, os avanços que foram surgindo e ocorreu um estreitamento das fronteiras entre esses entes subnacionais e os países do exterior.

2.1 CONCEITO DE PARADIPLOMACIA

Dentro da política internacional, diversos pontos foram sendo trilhados para se construir e solidificar o conceito de paradiplomacia, termo esse que foi criado por Panayotis Soldatos e consolidado com o advento de sua obra intitulada *Federalism and International Relations: the role of subnational units* (1990). A partir de então, o termo passou a ser utilizado inclusive no Brasil, sendo associado, a outros como “diplomacia federativa”, “cooperação internacional federativa” e “política externa federativa”, adotados por ministros, professores e estudiosos.

Diante de todos os desdobramentos e construções do conceito de paradiplomacia no Brasil, aquele que mais foi utilizado nos estudos brasileiros foi o de paradiplomacia desenvolvido por Noé Conargo Prieto (2004; 251).

O mesmo entende que:

A paradiplomacia é um envolvimento do governo subnacional nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos, formais e informais, permanentes ou provisórios, com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando resultados socioeconômicos ou políticos bem como qualquer outra dimensão externa de sua própria competência constitucional” (Prieto, 2004: 251).

Os estudos sobre a paradiplomacia no Brasil contaram primordialmente, com o arcabouço histórico-internacional e utilizou-se dos possíveis aportes teóricos advindos dessas relações internacionais para consolidar-se.

Um dos grandes pioneiros nos estudos paradiplomáticos no Brasil foi o professor Gilberto Rodrigues que comandava o Núcleo de Estudos sobre o Federalismo e Relações Internacionais da Universidade Católica de Santos, entre os anos de 2003 a 2010. Foi através de um estudo com embasamentos históricos bem

detalhados que o professor foi reformulando e conceituando o fenômeno da paradiplomacia.

Algumas outras teorias foram incorporadas, como a da integração de Ernest Haas que alerta sobre a importância para a paradiplomacia de uma integração demográfica na cooperação entre governos locais, principalmente os fronteiriços, visto que a proximidade, muitas vezes, gera uma facilidade na troca de conhecimento e na cooperação entre ambos.

A definição sólida do fenômeno da paradiplomacia foi uma construção lenta e perpassou por cuidados, dentre eles o principal de não passar a noção de que as relações entre esses entes subnacionais e os países estrangeiros estariam submissas ao governo federal, em um patamar inferior.

Porém, faz-se mister pontuar que o Estado Nacional tem uma personalidade jurídica atribuída através de acordos e convenções internacionais e que o mesmo atua diretamente como representante das relações diplomáticas.

Corroborando com essa finalidade, a Constituição Federal de 1988 traz em seus artigos que versam sobre as relações internacionais, art. 21 e 84, que as relações internacionais do país são primordialmente do ente da Federação União e do órgão ou agente do Presidente da República.

Perante a Constituição, três são os principais agentes das relações exteriores, quais sejam: o Chefe de Estado, Presidente da República, o principal responsável pela condução da política externa, visto que legisla e emite atos internos a fim de manter uma ordem entre as relações internacionais. Ademais, tem-se o Ministro das Relações Exteriores, chanceler brasileiro, ele atua como o assessor do Presidente quando se trata de política externa, Celebra Tratados Internacionais, referenda decretos emitidos pelo Presidente, dentre outras atribuições. Por fim, têm-se os Agentes Diplomáticos que atuam em todo o território brasileiro representando seu Estado em meio a soberania local.

Diante do explanado, cabe pontuar que a paradiplomacia não surgiu como uma fonte de cerceamento do direito de atuação desses entes, ou até mesmo como uma forma anticonstitucional de atuação dos Estados, Municípios e Províncias, os que atuam como ente subnacionais. Muito pelo contrário, a paradiplomacia consolidou-se como um mecanismo de atuação paralela à diplomacia tradicional, como uma forma de suprir necessidades e demandas específicas de determinados

entes, sendo possível considerá-la, inclusive, como uma extensão política dessas unidades não centrais.

É estabelecido que essas unidades ou entes não participam diretamente dos trâmites internos e negociações dos Estados nacionais com os organismos internacionais, visto que comumente são tratados acordos sobre a alta política que representa os assuntos sobre segurança nacional, tratados de livre comércio, alianças e demais atribuições do Governo Federal, que são considerados absolutamente necessários para o funcionamento do Estado, o que podem ser englobados e denominados, no plano da política internacional de “High Politics”, conforme Hans Morgenthau.

A paradiplomacia, por sua vez, ou os acordos paradiplomáticos estão mais frequentemente posicionados em relação ao que se engloba como “Low Politics”, ou seja, assuntos relacionados ao “segundo nível político”, os que incluem o meio ambiente, turismo e intercâmbio cultural, social e educacional e até mesmo assuntos ligados a infraestrutura. Geralmente, são assuntos considerados “domésticos” por se tratarem da administração do Estado, e mesmo sendo temas que não são imprescindíveis para a sobrevivência do Estado, são imprescindíveis para o seu pleno funcionamento por estarem diretamente ligados a gestão organizacional.

Em contrapartida, mesmo existindo essas divisões de assuntos prioritários tratados pela paradiplomacia, não existe um rol taxativo que assegure quais são e quais podem ser esses temas. Essa atividade paradiplomática contempla todas as atividades externas dos entes subnacionais que têm o intuito de atingir os objetivos políticos e sociais para suprir a demanda necessária.

Esses entes se valem, de modo geral, de diversas práticas para estabelecer vínculos necessários com o exterior como forma de assegurar a possibilidade de praticar as atividades paradiplomáticas, dentre elas: o estabelecimento de vínculos com cidades vizinhas, fronteiriças e cidades-irmãs para que assim possam promover a cooperação entre interesses comuns; a implantação de escritórios fixos em pontos estratégicos no exterior com o intuito de captar investimentos, de realizar feiras e encontros para alavancar o comércio, o turismo, os serviços e dar mais visibilidade a seus produtos, além de obter uma maior abertura nos fechamentos de acordos e convênios.

Ademais, prezam pela participação ativa e eficaz nas conferências promovidas no exterior, com o objetivo de defender seus interesses pontuais e

específicos, além de participar de Organizações de Governos Locais, seja na condição de membro ou de observadores com o intuito de transformar essas participações em centros facilitadores de intervenção.

Faz-se mister pontuar, ainda, que, segundo Lessa (2007, p.158), a institucionalização das relações paradiplomáticas no Brasil caminha a passos lentos, visto que a legislação ainda não sofreu alterações significativas para enquadrar formalmente esse tipo de relação dos entes subnacionais com o exterior, como pontua:

A celebração de atos informais constitui o meio, por excelência, ainda que precário, de afirmação do empenho político e da solidez dos compromissos assumidos. Ao reconhecer essa realidade, cumpriria refletir sobre a necessidade de se prover efetiva segurança jurídica para tais arranjos, o que, em última análise, constituiria um avanço na institucionalização da própria democracia.

Entretanto, com o avanço da tecnologia e com a inserção, cada vez mais frequente, do país em atividades internacionais, novos negócios e formas de cooperação irão surgir e essa multiplicidade de ações vai apontar a prática da paradiplomacia como necessária e crucial para o atendimento dos interesses próprios dos entes locais.

Compreende-se, portanto, que faz-se imprescindível analisarmos pela ótica abrangente de atuação dos entes em relação a paradiplomacia para compreendermos sua tão imperiosa importância, assim como Ribeiro (2009, p. 34) que alega que, diante dessa perspectiva, o cerne da diplomacia deve ser considerado “[...]como um sistema em que se imbricam os atores no seio da estrutura estatal, mudando os atores em função dos interesses e da sua capacidade de operar em um ambiente de múltiplas camadas”. Ou seja, é necessário uma atuação ampla dos entes.

2.2 RELAÇÃO DA PARADIPLOMACIA COM OS GOVERNOS SUBNACIONAIS;

A prática da paradiplomacia e o consequente aumento das relações internacionais potencializaram as relações e os investimentos mostrando, assim, uma maior liberdade de atuação dos entes subnacionais, o que desencadeou um processo de transformação do modelo e da lógica federativa. É, com isso, através dessa mudança de atuação que os governos subnacionais adquiriram mais espaço para atuar nas relações paradiplomáticas.

É estabelecido e consolidado que, ao longo dos anos, o poder estava centralizado de forma quase que totalitária com a União. Com isso, as bases e ideais políticos que perpetuavam no país estavam pautadas em discursos centralizadores. Foi com a iminência de promulgação da Constituição Federal de 1988 que os Entes subnacionais ganharam uma maior visibilidade e, consequente, autonomia, inclusive, devido ao fato de que foi a partir dessa Constituição que os Municípios foram colocados como entes federados.

Nos anos de 1982 a 1994, com a redemocratização, houve a formação de um federalismo estadualista, descentralizador, no qual os governadores ganharam força e adotaram posicionamentos rígidos e competitivos, pode-se dizer que "(...) a reversão do ciclo econômico e a abertura política inviabilizaram o controle que a União exercia sobre os estados no auge do regime militar" (Kugelmas, Sallum Jr. & Graeff, 1989:100). Com a fragilidade da União frente a ascensão dos governadores, os Estados adotaram uma posição privilegiada, forma encontrada para reforçar a posição desses governos como entes que possuem autonomia federativa.

Foi com o advento da Constituição Federal de 1988 que os indicadores de acordos paradiplomáticos cresceram, no Brasil, visto que foi decorrência da descentralização das políticas sociais que os Municípios começaram a integrar mais esse aspecto, fazendo com que o Estado também fosse acionada para ser um mecanismo resolutivo das necessidades da Federação, com isso, houve um estreitamento da agenda da nacional com a agenda dos entes subnacionais e suas respectivas necessidades.

Diante de tais fatos, portanto, Bonavides (2005) pontua que existem no Brasil três níveis de poder:

Não conhecemos uma única forma de união federativa contemporânea onde o princípio da autonomia municipal tenha alcançado grau de caracterização política e jurídica tão alto e expressivo quanto aquele que consta da definição constitucional do novo modelo implantado no País com a Carta de 1988, a qual impõe aos aplicadores de princípios e regras constitucionais uma visão hermenêutica muito mais larga tocante a defesa e sustentação daquela garantia. (Bonavides 2005, 347)

Com o intuito de que a paradiplomacia fosse formalmente constitucionalizada, houve o levantamento de uma proposta de criação de uma Emenda à Constituição, de nº 475/2005, que propunha a implementação de um segundo parágrafo no art. 23 da CF/88, com o intuito de permitir que Estados e Municípios realizassem pactos internacionais, mediante aprovação da União.

Art. 23, §2º - Os Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito de suas respectivas competências, poderão promover atos e celebrar acordos ou convênios com entes (sic) subnacionais estrangeiros, mediante prévia autorização da União, observado o artigo (sic) 49, e na forma da lei. (PEC 475/2005).

A supracitada PEC, por sua vez, foi arquivada no ano de 2007, visto que o parecer do relator foi pugnando pela sua inadmissibilidade com a alegação de que a mesma representava uma “subversão da ordem federativa ao restringir a autonomia estatal prevista no artigo 18 da Constituição da República” (BRASIL, 2006). Com isso, ainda não há no Brasil um reconhecimento legal expresso da prática da paradiplomacia pelos entes subnacionais.

Existem entraves claros e evidentes quando se trata do ordenamento jurídico brasileiro em relação à paradiplomacia. Em contrapartida, há um impasse entre a prática e os estudos doutrinários, visto que, cada vez mais, acordos estão sendo realizados entre os entes subnacionais e os Organismos Estrangeiros mas, quando parte-se para a análise fria da legislação brasileira e do direito internacional público, devido ao fato dos entes subnacionais não terem personalidade jurídica internacional, esses compromissos assumidos por ambos no âmbito internacional não têm validade (PRAZERES, 2004, p. 303), demonstrando, assim, uma insegurança jurídica cada vez maior nesse aspecto.

Entretanto, a partir do final da década de 1990, ocorreu a institucionalização de órgãos e mecanismos pela Presidência da República e pelo Ministério das Relações Exteriores. Tal fato, revela uma atuação legítima dos entes subnacionais nas relações com entes estrangeiros, dentre esses órgãos podemos citar a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a Assessoria de Relações Federativas e com o Congresso Nacional (AFEPA) , que tinham primordialmente a função de assessorar o Ministério das Relações Exteriores, apoiando-o e coordenando o diálogo com os Estados e Municípios em suas iniciativas externas, a exemplo:

Art. 140. Compete à Agência Brasileira de Cooperação coordenar, negociar, aprovar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, a cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, recebida de outros países e organismos internacionais e aquela entre o Brasil e países em desenvolvimento.

Esses diálogos internacionais tornaram-se tão fortes e consistentes que se foi construindo uma teoria/conceito de “interdependência complexa”, por Sarfati, para explicar a relação existente entre os entes subnacionais/governos não centrais

e os organismos internacionais, diante dos alcances de objetivos de vinculação internacional, suas influências e consequente êxito no cumprimento de funções.

Conforme Sarfati (2006), a interdependência complexa possui três características marcantes. A primeira está presente na utilização de canais múltiplos de conexão entre a sociedade, podendo ser interestatais, nas tradicionais relações entre os Estados, transgovernamentais com a atuação de figuras não governamentais em causas próprias, e os transnacionais nos relacionamentos sócio internacionais.

Concomitantemente a isso, figura-se a segunda característica representante que é a ausência de hierarquia temática, ou seja, temáticas fora do convencional têm sido abordadas e se tornado pautas relevantes no cenário internacional, fazendo, inclusive, com que assuntos específicos de interesse endêmicos dos entes subnacionais se tornem protagonistas.

Como terceira e última característica desse modelo de interdependência complexa destaca-se o do papel menor da força militar representando o fato de que os Estados e Municípios começaram a obter poder de outras formas que não a militar, o que era convencional.

Com isso, a história recente da estruturação e do desenvolvimento das relações paradiplomáticas, é assim descrita por Nunes:

Desde 1983, quando Brizola criou a primeira Assessoria de Assuntos do Rio de Janeiro, até 2004, quando ocorreram reuniões para discutir a promoção das exportações e a cooperação internacional federativa, a reação do governo federal face à paradiplomacia passou do desconforto e da indiferença à aceitação e, atualmente, à sua valorização. O governo federal vem tentando estabelecer maneiras de incentivar a paradiplomacia e, ao mesmo tempo, estimular que os entes subnacionais atuem em coordenação com o MRE, procurando evitar possíveis conflitos com a política externa do país e aproveitar as ações paradiplomáticas para inserir a sociedade brasileira no mundo globalizado (NUNES, 2005, p. 48).

Estando dentro dos limites constitucionais em suas ações, ou seja, não ferindo acordos anteriormente estabelecidos pela União, não realizando tratados que seguem caminhos opostos aos princípios já previamente estabelecidos, os acordos de cooperação realizados no plano internacional, tornam a paradiplomacia um importante fator de auxílio e contribuição para Estados e Municípios, apoiando, inclusive, o desenvolvimento de determinado setor ou a conclusão de determinada atividade finalística, fazendo com que esses entes consigam garantir de forma mais eficaz seus próprios interesses.

Como determinação de ações constitucionais e de auxílio ao entes, foram criadas as redes de participação, entre elas, a rede de Mercocidades, em 1995, que teve seu princípio ideológico durante o seminário “Mercosul: Oportunidades e Desafios para as Cidades”, realizado em Assunção mas foi em novembro deste mesmo ano que foi assinado o Ato Fundador das Mercocidades.

Essa associação de cidades do Mercosul é composta por 11 cidades pertencentes a diversos países como a Argentina, o Brasil, Paraguai e Uruguai devido ao avanço da institucionalização do Mercosul. Essa instituição surgiu como uma validação das atividades do Mercosul e com o objetivo de proporcionar uma maior integração regional a fim de construir uma cidadania participativa, o que possibilitou uma ponte entre os atores estaduais e municipais no processo de integração regional.

Hoje, essa rede de Mercocidades representa uma grande iniciativa internacional que amplia as cooperações em caráter multilateral, ajudando na construção de um ambiente de integração, no qual as cidades encontram uma maior possibilidade de atuação como partícipe, de fato, exprimindo seus objetivos e resolvendo suas demandas. A partir dessas novas possibilidades de atuação, os entes encontraram novas formas de remodelar ou até mesmo aperfeiçoar os acordos já existentes entre os governos, com a inclusão de novas temáticas e de novas perspectivas.

Pode-se, inclusive, trazer como exemplo dessa atuação entre essa rede de cidades, como sendo uma atuação paradiplomática entre entes subnacionais, a institucionalização de órgãos que surgiram dessa integração, que proporcionaram a centralização de debates de temas pertencentes a uma “comunidade” e na concentração de tomada de decisões favoráveis para essas determinadas regiões.

Foi, com isso, consolidado um foro consultivo subnacional reconhecido pelo Mercosul que tem extrema importância na validação e valoração das decisões e atitudes tomadas pelos entes subnacionais, representando, de fato, o reconhecimento do processo de integração sul-americana desses entes, o que pode ser projetado para uma perspectiva de mundo, quando se trata das relações desses entes com os demais organismos internacionais.

Ademais, possibilita uma integralização horizontal e até mesmo orgânica, com a articulação de cidades paralelas, com entes centrais para negociações que, predominantemente, ocorriam no âmbito nacional e que versam sobre o interesse

desses subentes. Através da influência dessa integralização foi possível a formação de fundos regionais, com temas e objetivos específicos para cada demanda.

Segundo Borrel (2006), a arquitetura reticular da instituição Mercocidades tem uma natureza multicêntrica de difusão do poder que se caracteriza pela ampla participação das cidades-membros de maneira simultânea em diferentes órgãos ou grupos temáticos de trabalho que são coordenados por um conselho rotativo.

Dessa forma, ratifica-se a possibilidade de relações entre os entes subnacionais e os organismos internacionais, elencando acordos já firmados e demonstrando Projetos de suma importância política e social que foram construídos e implementados em decorrência do fenômeno da paradiplomacia.

2.3 A PARADIPLOMACIA COMO MECANISMO DE AUTONOMIA E EXPANSÃO.

Para explicar sobre como a relação entre entes subnacionais e organismos de cunho nacional e internacional impacta sobre as regiões e proporciona uma maior autonomia, autoridade e consequente expansão de poder e de mentalidade econômica e social é preciso analisar, primeiramente, qual a estrutura desenvolvida por esses entes para promover a organização dessas relações internacionais.

Ribeiro (2009) traz dados relevantes na análise do fortalecimento das relações federativas, no estabelecimento dos meios através dos quais são reforçadas as relações intergovernamentais, contribuindo para a garantia de resultados promissores. É, portanto, através dos Escritórios de Representação Regional do MRE, da Agência Brasileira de Cooperação - ABC, da Assessoria Especial para. Federativos e Parlamentares- AFEPA, Ministério das Relações Exteriores e outros Ministérios, por exemplo, que esses acordos são firmados.

Ribeiro (2009, p.116-136), ao fazer um apanhado dos resultados obtidos da análise de 29 municípios analisados, demonstra as principais ações internacionais desenvolvidas por esses municípios, dentre elas, a participação de Redes de Governos locais, como já exemplificado anteriormente com as Mercocidades; o fomento de consórcios de exportação; a participação em conferências, feiras e exposições, além do firmamento de acordos de cooperação.

A conquista da autonomia por esses entes é construída, principalmente, a partir dessa estrutura criada pelos mesmos em cidades/municípios estratégicos de realização de acordos, visto que, ao adentrar no plano internacional através desses

programas e sistemas, os entes conseguem uma maior autoridade participativa para pleitear a realização de projetos que abarque a resolução de suas necessidades.

Partindo dessa premissa de inserção dos entes subnacionais no mercado internacional, Saskia Sassen (2005, 27) utiliza o termo “geografia do poder” para explicar as novas relações e formas de expansão geográfica. A autora afirma que é através do fenômeno da globalização, que ocorre em diversas esferas, inclusive na social e geográfica, que os entes subnacionais estão ganhando forma, autonomia e se expandindo nacionalmente e internacionalmente.

Sassen enfoca em multinacionais e o seu ganho de espaço, mas é clara e objetiva ao apontar o lucro advindo dessas relações para os espaços territoriais onde essas empresas estão instaladas e fazem transações, afirmando que essas regiões subnacionais transformaram-se em “pontos de comandos”, gerindo de forma não tradicional e estratégica a economia mundial.

Nesse contexto, nota-se o importante papel que as chamadas “cidades globais” (Saskia 2005, 27) ocupam no desenvolvimento político, de relações internacionais e econômicas. Como exemplo, pode-se citar que, em 2004, foi criada a iniciativa da “Articulação de Redes Territoriais e Temáticas de Cooperação com o Desenvolvimento Humano”, que prevê o acompanhamento dos governos locais para que haja o desenvolvimento de novas responsabilidades decorrentes de acordos de descentralização política.

Essa articulação faz parte dos Objetivos do Milênio e do desenvolvimento sustentável e foi da mesma diretriz que houve a grande participação dos governos subnacionais no Programa Pacto Global de Cidades (PPGC):

O Pacto Global das Nações Unidas reconhece que as cidades, em particular, têm o potencial de dar grandes passos na criação de sociedades sustentáveis — onde as questões econômicas, ecológicas, políticas e culturais estão integradas e avançadas.” (PPGC 2014).

Através de acordos paradiplomáticos, cada vez mais frequentes no cenário político econômico esses entes subnacionais, a expansão internacional tornou-se evidente, com a atuação em diversos meios como educação, saúde, meio-ambiente, e etc, como nota-se com a criação de diversos projetos e, dentre eles, os que mais se destacaram pode-se citar: Projeto Mega- Cities, Cities Alliance, Eurocities, Cidades e Governos Locais Unidos, Rede de Mercocidades (já explanada

anteriormente), Governos Locais pela Sustentabilidade, C40 Cities, Missões comerciais e empresariais.

As Organizações internacionais (OIs) efetivamente estão dando mais apoio e incentivando a prática desses acordos supracitados, como forma de garantir um maior equilíbrio econômico nessas devidas regiões, com seu consequente ganho de autonomia e expansão multidimensional.

3 PARADIPLOMACIA COMO FORMA DE GARANTIR UM DIREITO FUNDAMENTAL BÁSICO À EDUCAÇÃO ATRAVÉS DA DEMONSTRAÇÃO DE SUA APLICABILIDADE NO PROJETO “GIRA-MUNDO”;

Após a abordagem da paradiplomacia como forma representativa de ganho de autonomia e expansão, elencando a sua utilização como instrumento para o desenvolvimento da região e, através desse feito, como uma forma de proporcionar uma melhor qualidade de vida para a sociedade ali abarcadas pelos “acordos” realizados, faz-se mister pontuar uma área específica, como forma de trazer estudos e reflexões mais pontuais de meios de atuação das atividades paradiplomáticas.

Uma forma de garantir esse desenvolvimento regional e social é através da educação, da aquisição de conhecimento e estudo com o intuito de melhorar acordos e realizar novos tratados. É através da educação, que deve ser para todos, sem discriminação ou distinção, seguindo o princípio da igualdade, que os acordos paradiplomáticos são aperfeiçoados e melhor aproveitados.

Como já exposto no capítulo anterior, as atividades paradiplomáticas são apontadas como meio paralelos de realização de acordos, abarcando, principalmente, assuntos que não eram protagonistas nos tratados firmados através das relações diplomáticas.

As “Low Politics”, anteriormente exemplificadas, ou seja, os assuntos relacionados ao “segundo nível político” são discutidos fortemente pela paradiplomacia e acabam por ser instrumentos transformadores. Esses assuntos incluem o meio ambiente, turismo e intercâmbio cultural, social e educacional, essa parte educacional será o enfoque desse capítulo, como a educação, através de acordos paradiplomáticos auxilia na transformação de uma região/sociedade, proporcionando, assim, uma melhor qualidade de vida.

3.1 EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL

Como explicitado anteriormente, a educação está fortemente presente no rol de assuntos tratados em acordos paradiplomáticos e se configura como um importante mecanismo de desenvolvimento e como uma fonte de qualidade de vida. Cabe pontuar que a educação está pautada na Constituição Federal como um

Direito Fundamental, sendo vista como um direito social necessário de ser resguardado.

É analisando a educação, desde seu histórico de mudanças conceituais e de aplicabilidade no mundo e no Brasil, até a sua configuração atual, como figura representativa de um Direito Fundamental assegurado pela vigente Constituição Federal, que vão ser abordados modelos e formas de desenvolvimento regional e transformação social possíveis e necessários de serem implementados através das práticas paradiplomáticas.

Trazendo um breve apanhado histórico sobre a educação, importante salientar que ela foi reconhecida, primeiramente, como um direito de todos na Prússia, por volta do século XVII, onde adquiriu importância semelhante a que tem nos dias atuais, inclusive foi a Prússia a primeira nação a reconhecer que o ensino público primário seria uma obrigatoriedade, devido ao seu grau de relevância para a formação da nação.

No Brasil, por sua vez, foi após a segunda guerra mundial que pautas sobre a educação começaram a ser discutidas, isso ocorreu, principalmente, em decorrência do firmamento dos acordos internacionais como, por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos Sociais e Culturais de 1966, que debatiam sobre questões ligadas às garantias de direitos individuais.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, a educação passou a ser considerada um direito fundamental, presente no art. 6º da CF/88 compondo o rol de “direitos sociais”, atrelada aos artigos 205 e seguintes, previstos no título de “ordem social”, tendo, ao todo, na Constituição cerca de 9 artigos que versam sobre essa sistemática, pontuando de forma objetiva e clara que a educação é um direito de todos e que sua prestação deve ser assegurada pelo Estado e pela família, conforme descrito no seu art. 205.

Como bem pontuado por José Afonso da Silva (2006), o Direito Fundamental que se encaixa no contexto da educação não é só no sentido qualitativo do termo. O mesmo explicita que fundamental, nos parâmetros educacionais são situações jurídicas sem as quais a pessoa humana não se realiza, não convive e, às vezes, não sobrevive. A educação está posta como partícipe dos Direitos Fundamentais do homem, além de abarcar o que já fora explicitado, engloba prerrogativas que concretizem a garantia de uma convivência digna, livre e igual de todas as pessoas,

todos, então, por igual, devem ser não só formalmente reconhecidos, mas materialmente efetivados.

Com isso, a Constituição encabeça seu Título II como direitos fundamentais da pessoa humana e traz a educação como uma de suas cláusulas pétreas, partindo de uma interpretação ampla e extensiva, sendo, portanto, papel do Estado garantir a efetivação desse direito de forma ampla e gratuita (§1º do art. 208 CF/88), para que o ensino se torne, de fato, um possibilitador de mudanças e ascensão social, principalmente dos mais carentes e necessitados, proporcionando uma maior igualdade e estabilidade social/regional.

Importante salientar, ainda, que o artigo 5º, § 1º da CF/88 atribui uma aplicabilidade imediata às normas definidoras de direitos e garantias fundamentais, o que indica que essas normas devem possuir um tratamento diferenciado de devendo, então, ser utilizados meios mais seguros e eficientes para que possam ser garantidos esses direitos sociais, conforme Bonavides (2000), pelo fato desses direitos receberem:

(...) Uma garantia tão elevada e reforçada que lhes faz legítima a inserção no mesmo âmbito conceitual da expressão direitos e garantias individuais do art. 60. Fruem, por conseguinte, uma intangibilidade que os coloca inteiramente além do alcance do poder constituinte ordinário, ou seja, aquele poder constituinte derivado, limitado e de segundo grau, contido no interior do próprio ordenamento jurídico. (Bonavides, 2000, p. 594-595)

Para além da Constituição Federal, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, estabelece alguns princípios norteadores para a prática de atos relacionados aos programas de ações estatais, podemos citar o “princípio da progressividade”, que afirma que esses direitos serão proporcionados e realizados de forma progressiva até o máximo dos recursos disponíveis do respectivo Estado.

Ademais, tem-se que essa progressividade, por si só, cria um empecilho ao retrocesso da política social do Estado, como afirmado pelo princípio da “proibição do retrocesso social” que pode ser explicitado de acordo com formulações de Canotilho (1999) de que o núcleo essencial dos direitos sociais já realizado e efetivado através de medidas legislativas deve considerar-se constitucionalmente garantido quando a liberdade de conformação do legislador e inerente auto-reversibilidade têm como limite o núcleo essencial já realizado.

Para a compreensão das tratativas a respeito da educação do plano nacional e internacional, outro princípio abarcado é o do “núcleo mínimo obrigatório”, elege-se o que é prioritário para o Estado. O mesmo tem que comprovar que utilizou todos os esforços necessários para garantir o mínimo da satisfação necessária, a exemplo do direito à educação previsto no art. 13, I, do Pacto, tem-se que

Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concordam em que a educação deverá visar o pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e a fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Concordam, ainda, que a educação deverá capacitar todas as pessoas a participar efetivamente de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos e promover as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

Tratando-se das obrigações impostas aos Estados-parte pelo Pacto no campo educacional, as diretrizes presentes no inciso II do art. 13 estabelecem que:

- a) a educação primária deverá ser obrigatória e acessível gratuitamente a todos;
- b) a educação secundária em suas diferentes formas, inclusive a educação técnica e profissional, deverá ser generalizada e tornar-se acessível a todos, por todos os meios apropriados e, principalmente, pela implementação progressiva do ensino gratuito;
- c) a educação de nível superior deverá igualmente tornar-se acessível a todos, com base na capacidade de cada um, por todos os meios apropriados e, principalmente, pela implementação progressiva do ensino gratuito;
- d) a educação de base para os que não receberam educação primária ou não concluíram o ciclo completo de educação primária deverá ser intensificada na medida do possível;
- e) deve haver o desenvolvimento de uma rede escolar em todos os níveis de ensino, com um sistema adequado de bolsas de estudo e melhoria contínua das condições materiais do corpo docente.

Após a explanação acerca do tratado internacional verifica-se o seu reflexo para a Constituição Federal de 1988 ao reproduzir suas diretrizes, a exemplo do seu artigo 205, que explana que a educação deve visar o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania.

Além desses princípios e do espelho trazido à Constituição sobre diretrizes educacionais, o art. 206 da CF/88 e seus respectivos incisos, por exemplo, ainda trazem a elaboração de políticas públicas educacionais e o cumprimento à risca de princípios como a igualdade de condições para acesso e permanência na escola, a gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais, a valorização dos profissionais de ensino, a gestão democrática do ensino público e a garantia de padrão de qualidade.

Para que haja a concretização dessas políticas públicas se faz necessário um trabalho categórico e racional do Estado em um conjunto de ações, visto que essas ações afirmativas não se encaixam em categorias mais tradicionais do direito, como um ato isolado. Assumem, portanto, uma forma multilateral de aplicabilidade, podendo se enquadrar desde a forma de lei a atos administrativos, decretos e acordos.

Quando se trata de políticas públicas no ramo educacional, é imprescindível que seja levado em consideração que a educação é uma arma de transformação social, principalmente de áreas mais desfavorecidas do país, que devem ter uma maior atenção para que o intuito de redução das desigualdades seja cumprido, como exposto por Delevatti:

A educação não é apenas um direito, é a riqueza de um país, uma ferramenta indispensável à inclusão social e ao desenvolvimento da nação. Sendo assim, a educação precisa ser moldada de forma a atingir sua configuração ideal para que sirva sua função e realize seu valor. Caso contrário pode ser inútil ou até pernicioso ao Estado. (DELEVATTI, 2006, p. 10)

Fica claro, com isso, que um ente subnacional tem o dever de cumprir com a satisfação de um direito básico, de um direito fundamental, que é a educação. Ou seja, esses direitos só se efetivam mediante um planejamento mínimo e mediante a implementação de políticas públicas além, claro, de serem direitos que necessitam de forma imperativa dos feitos e ganhos advindos de acordos paradiplomáticos firmados por esses entes subnacionais.

3.2 ANÁLISE DO DOCUMENTO DE CRIAÇÃO DO PROJETO “GIRA-MUNDO”

Diante do exposto anteriormente acerca dos acordos paradiplomáticos entre os entes subnacionais e os organismos internacionais e, como a educação se mostra um instrumento imprescindível de transformação, fica cada vez mais clara a importância do firmamento desses tratados e a inserção desses entes no plano internacional, com o intuito de se tornarem protagonistas e tratarem, com mais ênfase, sobre assuntos antes “marginalizados” nas tratativas diplomáticas do governo.

A paradiplomacia, assim sendo, está se alastrando como uma ferramenta essencial para assegurar direitos considerados fundamentais e convertendo entes

subnacionais em agentes transformadores, atuando em áreas imprescindíveis para a manutenção da dignidade social, como a área da educação, por exemplo.

Com isso, faz-se mister trazer como objeto de estudo de caso um projeto que se enquadra nas definições, conceitos e prerrogativas anteriormente pontuadas para configurar os acordos paradiplomáticos e que possui singularidades essenciais de serem demonstradas para o enriquecimento da dissertação, como será exposto a seguir ao ser analisado o documento de criação do Projeto “Gira-Mundo” e suas diretrizes.

O Projeto Gira Mundo adveio com o intuito de representar a atuação de políticas que modifiquem o quadro social e educacional da região, com o objetivo de capacitar professores através de ações inovadoras com os organismos internacionais, para que essa capacitação reverbere em novos aprendizados e novas perspectivas de ascensão para os estudantes e para a sociedade em geral.

O Projeto representa uma parceria entre a Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba (SEECT-PB) com outro organismo internacional que, inicialmente, foi representado pela Finlândia, país que possui níveis de excelência em resultados internacionais acerca da educação, a título de exemplo, podemos citar o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) que é gerido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Diante desse cenário, faz-se mister a compreensão dos primeiros movimentos relacionados à tentativa de aplicação e implementação desse Projeto, suas tratativas e desdobramentos. Inicialmente, um dos primeiros documentos a versarem sobre esse intercâmbio educacional foi a Medida Provisória nº 240/2015, que expõe os motivos que levou o Governo Paraibano a instituir esse intercâmbio internacional conhecido como Projeto Gira Mundo.

Para que houvesse a possibilidade de implementação desta Medida, foi encaminhada pelo chefe do Poder Executivo estadual da Paraíba uma mensagem, que ficou conhecida como Mensagem nº 49, com o intuito de submeter essa Medida à Assembléia Legislativa. Esta Assembléia, por sua vez, aprovou a MP nº 240/2015, e a mesma tornou-se a Lei nº 10.613 de 18 de dezembro de 2016, instaurando-se, assim, o Programa Gira Mundo.

A Secretaria de Estado e Educação da Paraíba (SEE-PB) que gerencia o Programa, dentro de sua estrutura, conta com a Diretoria Executiva de

Desenvolvimento Estudantil - DEDE que coordena os programas internos voltados para a área que abarca os estudantes do ensino médio da rede estadual, e os programas voltados aos professores dessa rede estadual de ensino paraibano têm uma coordenação própria.

Existe toda uma estrutura de coordenações voltadas à gestão e operação do Programa que auxiliam desde a seleção dos projetos que participarão do programa ao monitoramento dos intercambistas e, também, na alocação dos mesmos nas atividades fins no ramo de atuação educacional dentro do Estado.

Essa estrutura subdivide-se, portanto, de forma a participar a Secretaria do Estado da Educação, a Diretoria Executiva do Desenvolvimento Estudantil, a Coordenação Estadual que se deriva para a Coordenação Administrativa e Financeira, a Coordenação Pedagógica, as Coordenações Regionais, a Coordenação Logística e a Comissão de Seleção.

Pode-se afirmar que, basicamente, a única parte que não é administrada por esses setores supracitados são os serviços prestados no exterior e a realização do próprio intercâmbio que são atribuições de empresas especializadas, pois as mesmas cumprem todas as exigências que são feitas desde o auxílio na emissão de passaporte dos estudantes, das passagens e embarques devidos. Além disso, a empresa contrata os programas específicos no exterior que mais se adequem a cada participante e, concomitantemente a isso, realizam o encaminhamento dos estudantes a locais adequados à manutenção de sua bolsa.

Para participar do Programa, a seleção feita entre os professores da rede estadual de ensino da Paraíba começa com a submissão de um projeto que deve ser enquadrado nas áreas de atuação estabelecidas pelo edital que é publicado pela Fundação de Apoio à Pesquisa da Paraíba (FAPESQPB). Esse projeto passa por uma análise, e o autor que for selecionado irá participar do projeto de intercâmbio em um dos países partícipes do acordo em questão.

No caso da seleção feita por estudantes, são formulados alguns critérios impessoais e objetivos a serem aplicados para a admissibilidade dos participantes e, de acordo com o Decreto 36.539/15, esses estudantes devem cumprir alguns requisitos básicos como: ter idade mínima de 14 (quatorze) anos completados até a data de embarque; ter seu visto regular de acordo com as normas de cada país de destino; apresentar frequência mínima de 85% (oitenta e cinco por cento) nas aulas regulares no ensino em que esteja matriculado; apresentar média maior que 7,0

(sete) no desempenho acadêmico; um certificado de proficiência em língua estrangeira e a autorização do responsável.

Durante o período de intercâmbio, o participante deverá estudar e pesquisar com o intuito de adquirir conhecimento com o país estrangeiro, de fato, trocar informações e técnicas para aplicar na sua região natal, em sua área de atuação e, assim, demonstrar de forma prática o resultado de sua jornada educacional.

Ao retornar para o Estado da Paraíba, no caso em questão, o participante precisa apresentar a sua linha de estudo, mostrando detalhadamente a sua abordagem desde a chegada no país estrangeiro, com a escolha da linha de pesquisa, perpassando pela metodologia utilizada no enquadramento do tema, até a aplicabilidade do projeto que será desenvolvido e a sua abordagem prática.

Com o desenvolvimento do projeto, o participante irá implementar de, forma categórica, o seu aprendizado decorrente de sua linha de pesquisa, na sua região natal, participando de ações juntamente com a Secretaria de Estado e Educação, atuando como colaborador por um período equivalente a um ano.

Ao fim da atuação dos participantes no exterior, a empresa repassa as informações de histórico dos alunos para que a SEE-PB, juntamente com o Conselho Estadual de Educação Paraibana (CEE-PB), certifique a atuação dos alunos internacionalmente e reconheça de forma a validar os seus estudos realizados nas escolas no exterior.

Como forma de especificar o passo a passo do programa, ao analisar o projeto fundador, faz-se necessário pontuar a sequência:

- 1- abertura do processo seletivo
- 2- inscrição dos candidatos
- 3- formação das turmas com os aprovados na 1º etapa
- 4- definição dos intercambistas
- 5- exames de proficiência
- 6- aulas de idiomas;
- 7- orientação pré-embarque;
- 8- envio dos alunos ao exterior;
- 9- alocação em residência de nativos;
- 10- intercâmbio de um semestre letivo
- 11- retorno ao estado da Paraíba;
- 12 - orientação dos projetos;

- 13 - desenvolvimento dos projetos;
- 14- participação nas ações SEE-PB
- 15- validação dos estudos do intercâmbio;
- 16- Conclusão do ciclo.

Desta forma, compreende-se que o participante desse programa precisa de planejamento e gestão de tempo para que a imersão em uma nova cultura possa ser bem aproveitada e para que o mesmo renda bons frutos no retorno a sua região natal. O objetivo é a disseminação de línguas e a possibilidade de proporcionar aos participantes a experiência de viver sob uma nova cultura como forma de enriquecer o arcabouço socioeducacional do participante e, conseqüentemente, após o Programa, de sua região.

3.3 RELAÇÃO PRÁTICA DO PROJETO COM A PARADIPLOMACIA E SUAS APLICABILIDADES EDUCACIONAIS E SOCIAIS.

Como forma de avaliação da relação prática do projeto Gira- Mundo com o fenômeno da paradiplomacia, faz-se necessário especificar a realidade e a situação contextual do local ou do meio no qual está se propondo demonstrar uma mudança, para que haja uma melhor análise da interação que pode ocorrer entre o meio e as possíveis atividades a serem realizadas.

No caso em questão, o Projeto Gira Mundo surgido em 2015 adveio como uma forma de dinamizar o aprendizado e modificar a realidade presente no sistema educacional brasileiro. Afinal, de acordo com estudos da Complexidade de Gestão de Escola, um indicador que serve para mensurar a complexidade de gestão nas escolas a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica, realizado pelo Inep, cujo dado de análise é toda escola que possui ao menos um matriculado de acordo com o censo escolar de educação, é na faixa do primeiro ano do ensino médio que ocorre a maior taxa de abandono escolar ou reprovação.

Tratando-se especificamente do abandono escolar no estado da Paraíba, percebe-se através das análises do último censo realizado pelo IBGE em 2010, que a taxa paraibana supera a taxa do país, isso corrobora com a análise de que o nível de qualidade da educação da Paraíba é inferior à média nacional e possui evoluções lentas. Como forma de desconstruir essa realidade, além do Projeto Gira Mundo, outros projetos também foram desenvolvidos possuindo o mesmo público-alvo e, em

alguns casos, objetivos semelhantes, inclusive, quais sejam: alunos do ensino médio da rede pública de ensino na Paraíba com o objetivo de, através da realização de acordos paradiplomáticos, modificar o contexto educacional.

Pode-se citar, dentre esses projetos supramencionados, outros dentro do plano conceitual de atividades paradiplomáticas, como o Programa Jovens Embaixadores, que foi executado no Brasil pela Embaixada dos Estados Unidos; a Escola Cidadã Integral e a Escola Cidadã Integral Técnica, que foram criadas no mesmo ano do Projeto Gira Mundo, dentre outros, todos com o objetivo de aprimorar o sistema educacional na Paraíba, apresentando novas perspectivas e formas dinamizadas de aprendizado.

Restringindo a análise para o viés do Programa Gira Mundo, pontua-se que, apesar dos objetivos elencados de modificação da estrutura educacional da Paraíba, não houve um estudo prévio das reais necessidades regionais abarcadas pelo programa para fazer com que as dificuldades sejam ultrapassadas e superadas de forma pontual. Porém, mesmo com a falta de estudos pontuais desse acerca desses problemas específicos, estudos genéricos do mesmo Censo educacional supracitado, elencam que, no Estado da Paraíba, é um desafio muito grande o aprendizado de uma segunda língua, e isso se deve, inclusive, à estrutura organizacional e pedagógica da SEE-PB.

Ou seja, apesar de toda dificuldade já existente e da falta de estudos pontuais para solucionar o problema, foi depositado no Projeto a esperança de uma melhoria de condições básicas da educação, inclusive, a esperança de uma abordagem educacional efetiva dos conhecimentos adquiridos no estrangeiro, principalmente de uma segunda língua, afinal segundo Dwyer (2004):

A interação com nativos representa mais oportunidades para a aprendizagem, na prática, de um novo idioma, possibilitando o desenvolvimento de competências, notadamente a competência comunicativa, além de propiciar aos acadêmicos que são imersos em distintas culturas, crescimento enquanto indivíduo, a ponto de desenvolverem atitudes que denotam tolerância no que tange a culturas distintas da sua cultura de origem.

Como um dos resultados esperados pelo Projeto Gira Mundo tem-se a melhoria na perspectiva de carreira de estudantes e professores, visto que proporciona a vivência de uma nova língua e de novas experiências de resolução de conflitos em outras culturas, fato esse que tem a tendência de melhorar em níveis

significativos o desenvolvimento pessoal e profissional do partícipe, com a ação do Projeto, segundo os gestores do Gira Mundo.

Pontua-se, ainda, que desde os anos 2000, a Catho, uma empresa que desenvolve uma Pesquisa Salarial e de Benefícios online, sempre tem demonstrado que os profissionais bilíngues têm se destacado no mercado de trabalho. Conforme dados do ano de 2022, da edição 64 da pesquisa realizada com profissionais de segmentos distintos no mercado brasileiro, ficou constatado que a média de aumento salarial para aqueles que possuem um domínio da língua inglesa, por exemplo, é de 83%. Quando se trata de um domínio de um segundo idioma estrangeiro, essa porcentagem pode chegar a 118% de representação de aumento salarial.

Faz-se necessário, contudo, criações de parâmetros de avaliação de desempenho dos partícipes do Programa Gira Mundo, para que esses resultados obtidos sirvam de indicadores de soluções e afetações. A coordenação do Programa, ao acompanhar o desenvolvimento de estudantes que participaram do Projeto, aponta que cerca de 90% desses estudantes conseguiram ingressar em algum curso de graduação da rede pública de ensino superior.

Desta forma, tomando como base o que versa Scheirer (1994), sobre a avaliação da implementação de um Projeto, cujo objetivo é efetuar um cotejo entre os elementos que constituem o programa e as entregas realizadas para os destinatários em consonância com o que fora estabelecido, nota-se que o Programa Gira-Mundo, por sua vez, galga cada vez mais na direção de uma avaliação positiva do processo de se mostrar como um instrumento de transformação social.

Portanto, o presente Projeto estabelece a paradiplomacia como um elemento imprescindível para ser, cada vez mais, implementado na rotina política dos entes subnacionais com o intuito de ser uma forte auxiliar no processo de melhoramento social, na medida em que possibilita novas fontes de ganho de autonomia e resolução de problemas endêmicos.

4 PROJETO GIRA-MUNDO NA PRÁTICA: DESTAQUES DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Como supramencionado, o Projeto Gira Mundo faz parte de um planejamento do Governo do Estado da Paraíba de transformação do quadro educacional do Estado. Possui o objetivo de ser um agente ativo de modificação da realidade dos partícipes e das regiões às quais eles pertencem. Com isso, faz-se necessário apontar os resultados apresentados pelos partícipes desse Projeto, elencando assim, os programas que surgiram com a implementação das pesquisas realizadas ao longo da participação no Projeto entre os anos de 2016 e 2019 (último ano de realização do Projeto Gira Mundo, em decorrência da pandemia).

Pontua-se que, com a análise desse projeto, notou-se uma forma mais reincidente de constituição dos programas, como, por exemplo, o fato deles possuírem metodologias ativas, utilizarem o método de análise de problemas com a consequente busca de uma possível solução, além de utilizar como recurso de integração de práticas pedagógicas a implementação de um ensino interdisciplinar.

A visão utilizada no momento de elaboração dos programas é a de tornar os participantes agentes ativos de transformação, fazendo com que os mesmos desvendem as melhores formas de proporcionar mudanças favoráveis, utilizando-se de ferramentas colaborativas, como a troca e o intercâmbio de conhecimento.

Serão elencados e analisados programas que foram desenvolvidos a partir dos estudos e das pesquisas dos partícipes do Projeto, tanto alunos quando os professores da rede pública de ensino da Paraíba, possuindo, assim, perspectivas de mundo e de realidade social diferentes, sendo essa diferença refletida quando a análise é focada nos participantes que compõem o núcleo de professores, percebe-se que os mesmos, através de seus programas, tentam resgatar os valores que lhes foram passados no início das suas carreiras, e que, com a condição árdua de ensino, foi-se esvaindo.

O objetivo mostra-se claro ao tentar implementar no Estado políticas públicas e práticas colaborativas que façam com que os problemas presentes de forma clara no setor da educação básica no Estado da Paraíba, sejam amenizados.

4.1 LEVANTAMENTO DOS PROGRAMAS ADVINDOS DO PROJETO “GIRA-MUNDO” E IMPLEMENTADOS PELOS ALUNOS E SUAS REAIS APLICABILIDADES

Como já fora tratado, alunos e professores realizaram estudos no decorrer do período que participaram do Projeto Gira Mundo. Cada um desses grupos de partícipes possuíam características diferentes ao formularem seus programas para implementar no estado paraibano, como já elencados. Faz-se mister, portanto, citar inicialmente, os programas implementados pelos alunos.

Em relação aos programas criados pelos alunos da rede pública de ensino médio que participaram do Projeto Gira mundo no ano de 2016, cita-se primeiramente o *“Learning English language through active methods”*, que tem como objetivo de impacto o ensino de inglês de forma significativa e para a vida toda, tornando a disciplina atrativa e com potencialidade profissional. Ademais, tem-se o *“PBL: an online RPG resource as a pedagogical tool”* com o objetivo de proporcionar a implementação na grade curricular da disciplina de biologia no ensino médio dos estudos da gamificação, com o uso de ferramentas digitais, podendo, assim, aproximar os alunos das tecnologias e avanços do Século XXI.

“The protagonist in action: developing interactive environments at shool” representa o terceiro projeto do ano de 2016 a ser analisado e tem como objetivo utilizar-se de estratégias para desenvolvimento de autonomia por meio de *role plays*, que são jogos de forma interdisciplinar com o intuito de serem utilizados em matérias que são categoricamente constituídas e baseadas apenas em conteúdos teóricos de leitura.

Decorrente do Projeto Gira Mundo do ano de 2017 pode-se elencar o *“Me and my world”*, que tem como proposta apresentar narrativas escritas em língua inglesa em forma de história em quadrinhos, além de implementar a produção de filmagens em curta-metragem, utilizando-se da diversidade e da ação colaborativa para inserir o aprendizado da língua estrangeira de forma mais lúdica.

O *“Content language integrated learning”* traz uma abordagem interdisciplinar, compartilhando ensinamentos sobre gravidez na adolescência através da língua estrangeira e outro programa que faz uso dessa mesma metodologia interdisciplinar é o *“Química cidadã - a construção coletiva do conhecimento”* que, elenca a coletividade, a colaboratividade e a cidadania como

sendo eixos imprescindíveis no Século XXI ao ensinar questões relacionadas às matérias que englobam as ciências, como, por exemplo, a química, além de demonstrar a necessidade da flexibilização na produção de conteúdo e no compartilhamento de conhecimentos.

Como já demonstrado, os programas, de forma reiterada, apostam na metodologia de interdisciplinaridade para adquirir e compartilhar conhecimento. Nesse mesmo viés, como fruto das pesquisas do Projeto Gira Mundo do ano de 2018, pode-se citar o “Uso da água e a autonomia do aluno no processo de conscientização, utilização e produção alimentar”, como forma de apresentar a educação ambiental associando-a a um processo autônomo de conhecimento.

Outro programa que apresenta a transdisciplinaridade como forma de transfusão de conhecimento é o “*Transdisciplinarity in Luiz Gonzaga songs - empowerment and juvenile protagonist*” que opera no ramo cultural e busca empoderar alunos de regiões menos favorecidas através da música. Ademais, adentrando no campo da sustentabilidade, o programa “Captação solar - energia renovável sustentável” busca possibilitar o ensino e a autonomia dos alunos através do uso de novas tecnologias.

Ainda como parte dos estudos advindos do Projeto Gira Mundo do ano de 2018, o programa “Revitalizando a minha escola: práticas pedagógicas com ênfase nos princípios e éticas da permacultura” tem o objetivo de apresentar a geografia, a educação ambiental e a arte como sendo parte de um todo, com o intuito de quebrar os paradigmas educacionais e remodelar, assim, o ambiente escolar, utilizando, inclusive, materiais recicláveis.

Outros dois programas que versam sobre a importância do estudo interdisciplinar entre a geografia e os estudos ambientais de forma ampla são o “Utilização de áreas de preservação permanente como instrumento pedagógico as ações em educação ambiental” e o programa “Agricultura sustentável”, ambos tem o intuito de ensinar os alunos a adquirirem autonomia e proatividade no meio rural, demonstrando, através das aulas de campo, como construir fogão que utiliza energia solar, composteira, biodigestor e outras soluções para melhorar a qualidade de vida da região semiárida da Paraíba.

Por fim, utilizando-se de ferramentas tecnológicas, tem-se o programa “*Podcast - competence and student - centred education*”, decorrente do Projeto Gira Mundo do ano de 2019 que se utiliza do meio digital para divulgar múltiplas

disciplinas através da ferramenta de *podcast*, quebrando, assim, as barreiras de ensino e torná-lo possível em qualquer ambiente.

4.2 LEVANTAMENTO DOS PROGRAMAS ADVINDOS DO PROJETO “GIRA-MUNDO” E IMPLEMENTADOS PELOS PROFESSORES E SUAS REAIS APLICABILIDADES

Como supramencionado, professores e alunos adotaram metodologias de abordagens diferentes para implementar, através de programas, os frutos dos seus estudos no decorrer do tempo em que participaram do Projeto Gira Mundo. Devido às diferentes visões de necessidades locais e às diferentes perspectivas de análises de problemáticas dos dois grupos partícipes, faz-se imprescindível uma análise dos programas implementados pelos professores.

Quando se trata da experiência dos professores e da tentativa de implementação de programas, nota-se que eles são pautados no objetivo de visarem mudanças nas posturas pedagógicas e na desconstrução do modelo de docência arraigado de obstáculos advindos de problemas estruturais, notando-se a clara necessidade de mudanças nas posturas organizacionais nas práticas pedagógicas.

Com isso, os programas idealizados e implementados pelos professores, decorrentes dos estudos advindos do Projeto Gira Mundo, possuem o intuito de tornar professores e alunos capazes de serem protagonistas e capacitadores de mais soluções, principalmente, por meio de ações extensionistas que abarquem não só alunos, mas a população da região onde for implementado o programa, como a seguir será demonstrado.

Assim, como foi percebido um perfil com metodologias e semelhanças que se reiteram nos programas realizados pelos alunos, na análise dos programas realizados pelos professores, semelhanças também foram encontradas, como o fato dos programas criados serem muito ligados à capacitação em tecnologias locais, de possuírem o objetivo de promover autonomia através de conhecimento em áreas como sustentabilidade e tecnologia, além de terem um foco no estudo de medidas mais interventivas para os problemas localizados na região em questão.

Dentre os programas criados pelos professores, pode-se citar o “*Health promotion at school and the combat to Aedes Aegypti: the importance of the use of digital tools and collaborative work in the control of dengue, zika virus and*

chikungunya fever”, criado em 2016, com o intuito de perpetuar o conhecimento sobre a construção de armadilhas para captura de mosquitos com materiais de baixo custo, distribuição para a comunidade em ações conjuntas de conscientização e de formação de educadores sociais.

Além desse programa, que claramente possui um viés de melhoria socioambiental e, conseqüentemente, apresenta-se como um meio garantidor de um direito fundamental e de um bem estar social, foi implementado o programa “Inclusão de idosos no ciberespaço”, com o objetivo de proporcionar a inserção social de idosos no meio digital e, assim, promover uma maior integração social e proporcionar uma autonomia pessoal, a valorização e o respeito por esse grupo.

Diante da perspectiva já mencionada de que a Finlândia possui os melhores índices educacionais e foi um dos primeiros países a firmar acordos educacionais com o Estado da Paraíba para a realização do Projeto Gira Mundo, os professores trouxeram, para implementar no Estado, um programa de combate ao *Bullying* no ambiente escolar, baseado no programa existente na Finlândia chamado Verso. Na Paraíba, esse programa foi implantado com o nome de “Projeto de combate ao bullying - Reverso” e, nesse programa, o combate é feito por meio de atitudes protagonistas dos próprios alunos capacitados que tornam-se os mediadores e conciliadores desses eventos conflituosos.

O programa “Mapeando soluções: construção do aplicativo “e city” para melhorar o bem estar das comunidades bayeuxenses”, de 2017, tem o intuito de utilizar ferramentas digitais para, dessa forma, criar aplicativos que possam mapear os problemas que surgem na comunidade, que servissem de alerta, denúncia e solução de um problema. Perpassando, ainda, pelo plano digital, também foi implantado o “Programa de rádio escolar digital: instrumento digital de baixo custo para otimização da aprendizagem de linguagens em escolas públicas paraibanas” para proporcionar uma aprendizagem baseada nos meios de comunicação para difundir os ensinamentos de línguas, atingindo uma maior quantidade de pessoas e servindo como um mecanismo de aproximação da família à escola.

Tratando dos programas que versam sobre educação sustentável, com o fim de proporcionar autonomia e subsistência às regiões tem-se o “Coleta e reuso de água do sistema de drenagem dos aparelhos de ar-condicionado como fonte de irrigação para a produção de hortaliças” e o “Permacultura e eco *design* - ação e prática no contexto escolar”, ambos desenvolvidos em 2018, com o intuito de

transformar a comunidade em um núcleo mais coeso, com a realização de oficinas para a capacitação dos moradores e pessoas que dependem direta ou indiretamente da comunidade, a exemplo da montagem e organização de composteiras domésticas e hortas orgânicas.

Ainda sobre a linha de educação sustentável, também foi implementado o “Captasol - uma forma fácil, prática e divertida de utilizar a incidência solar a nosso favor” para a produção e uso de fogões solares no ambiente escolar para contribuir com a redução dos gases de efeito estufa e com os demais impactos ao meio ambiente.

Ademais, o programa “Viva: valorizar a importância da vida agora” foi implementado e estudado cautelosamente pelos professores com o intuito de combater a depressão e o suicídio decorrentes de pressões no âmbito escolar, possibilitando, inclusive, mais espaços de diálogos entre alunos, professores e a família, gerando mais consciência coletiva e empatia.

Nota-se, então, que no processo de retorno para o Brasil e de elaboração desses programas para, posteriormente, realizar a sua implementação nas regiões paraibanas, os professores lidam com desafios pessoais, estruturais e profissionais, desde aplicar seus conhecimentos com uma abordagem respeitosa e eficaz em um projeto voltado à melhoria e diversificação de aprendizado dos estudantes e população e geral, enquanto ainda possuem seus trabalhos anteriores, até a falta de recursos estruturais básicos na rede de ensino.

Os recursos são escassos na rede de ensino pública do Estado da Paraíba, muitas vezes faltam equipamentos imprescindíveis para a elaboração dos programas, como por exemplo internet, material de papelaria e espaços para desenvolver atividades. Com isso, é primordial o trabalho em torno do convencimento dos alunos e demais professores, inclusive os que não participaram do Projeto Gira Mundo, para que, com a ação colaborativa de todos, esses programas possam ser desenvolvidos e implementados de forma plena e eficaz.

Fica claro, portanto, que esses programas implementados pelos professores auxiliam na redução de impactos socioambientais, geram noções de pertencimento à comunidade e fazem, inclusive, com que as famílias dos alunos se sintam mais inseridas no âmbito escolar para que, assim, possam acompanhar o aprendizado. É, portanto, uma visão do fazer docente alinhado ao pensamento de Stuart Hall (1989, p.15) que trata a docência “como um processo de identificação [...] que ocorre

através do tempo, que nunca está absolutamente estável, está sujeito ao jogo da história e ao jogo da diferença”.

4.3 MUDANÇAS OCORRIDAS NAS REGIÕES ABARCADAS PELOS PROJETOS.

Com a implementação desses projetos, novas posturas foram adotadas com o intuito de traçar caminhos mais direcionados ao melhoramento do ambiente educacional paraibano e, conseqüentemente, regional das pessoas que os implementaram. Esses projetos vislumbram a possibilidade de garantir melhor qualidade de vida e perspectiva de futuro. Como forma de assegurar a eficácia prática dessa implementação, faz-se mister discorrer sobre as mudanças que foram proporcionadas pelos programas decorrentes do Projeto Gira Mundo.

Em vista disso, cabe pontuar que o Projeto Gira Mundo se torna a representação de uma imprescindível tríade educacional, que engloba os pilares de ensino, pesquisa e extensão e, é através dessa junção em um Projeto, que ocorrem as transformações das práticas pedagógicas tão necessárias no atual quadro educacional paraibano.

Em decorrência dessa troca de conhecimento advinda da atividade paradiplomática no ramo educacional, políticas públicas foram, de fato, instituídas, como por exemplo a criação e institucionalização do Decreto Nº 38.074 de 07 de Fevereiro de 2018, que foi lançado pelo governador à época, Ricardo Coutinho, com o objetivo de criar uma Rede de Formação e Colaboração Gira Paraíba para a formação continuada nas escolas públicas da Paraíba. (PARAÍBA, 2018)

O Gira Paraíba, possui objetivos complexos no âmbito educacional, que vão desde a formação de gestores, professores e profissionais com a visão voltada para o aprendizado amplo do estudante e seu bem estar até a criação de um selo próprio, o Selo “Escola Gira Mundo”, utilizado para homenagear as escolas que atingirem o nível de excelência na aprendizagem do estudante.

Além desses objetivos, o Programa Gira Paraíba visa oferecer cursos capacitadores, de formação de línguas, de métodos de intervenção comunitária, tecnologia e empreendedorismo pedagógico, dentre outros. Concomitantemente, busca integração com o Projeto Gira Mundo, ao pretender construir um “banco de especialistas” selecionando profissionais para auxiliar o Projeto Gira Mundo na formação de jovens que executem, nas escolas públicas, os frutos decorrentes de seus estudos e pesquisas.

Outro programa imprescindível de ser elencado como transformador social de alto impacto é o Programa Gira Mundo Israel Semiárido, implementado na região de Camalaú - PB, que tem como foco a capacitação de professores da rede pública de ensino para o desenvolvimento de atividades no ramo do meio ambiente sustentável, englobando a agricultura, as energias renováveis, construções ecológicas, alimentos orgânicos, dentre outros.

Esse programa foi desenvolvido a partir das experiências proporcionadas pelo Projeto Gira Mundo, em uma parceria do Governo da Paraíba com Israel, através do curso *Green Apprenticeship Course Syllabus*. Esse referido curso é ministrado dentro de um centro de ecologia criativa, fundado em 1997, criado com o intuito de amenizar os impactos ambientais através da capacitação de pessoas que serão responsáveis, a curto e longo prazo, por inovações criativas que possibilitem a mudança em prol da sustentabilidade.

Ao retornarem ao Brasil, esses professores se utilizaram dos ensinamentos repassados nesse centro para desenvolverem métodos similares que fossem aplicáveis à região semiárida do interior da Paraíba, auxiliando tanto alunos, no âmbito escolar, como a comunidade, com a realização de palestras e minicursos aos agricultores da região.

O Programa Gira Mundo Israel possibilitou, a partir de uma pedagogia participativa, o desenvolvimento de experiências para os jovens resultando, inclusive, diminuição do êxodo rural e implantação dos aprendizados sustentáveis na região. Foi através das qualificações proporcionadas pelo Programa que competências e habilidades na área da educação ambiental foram desenvolvidas e possibilitaram uma melhor qualidade de vida e condições dignas de vivência nas regiões que dependem da agricultura.

Com isso, parcerias foram criadas com institutos locais, com serviços de apoio à micro empresas e prefeituras para que fosse instalada uma unidade experimental em uma área de recuperação ambiental localizada em Monteiro, interior da Paraíba. Essa unidade representa um polo de pesquisa que gera suporte tanto técnico quanto de gestão educacional para a região, proporcionando, com isso, maiores ganhos ambientais, práticos e cognitivos.

O projeto trabalhou de forma intensiva na recuperação de áreas degradadas, as Áreas de Preservação Permanente (APPs), em uma intervenção muito positiva que possibilitou novas visões de manejo do solo de regiões semiáridas. Esse

modelo desenvolvido se enquadra nas sugestões de Krasilchik (2005), com a função de: despertar e manter o interesse dos estudantes; envolver os estudantes em investigações científicas; desenvolver a capacidade de resolver problemas; compreender conceitos básicos e desenvolver habilidades.

Ademais, foram tratados temas como a convivência no semiárido, o manejo e a conservação da caatinga, a instrução e o apoio à formação de jovens lideranças ambientalistas e a como utilizar práticas de princípios agroecológicos para adquirir frutos e beneficiar a população.

Foi a partir do desenvolvimento deste programa que trabalhos pedagógicos foram sendo realizados e tornou-se possível o desenvolvimento de requisitos necessários ao modelo de Escola Cidadã Integral Técnica juntamente com a educação ambiental, possibilitando a elaboração de aulas práticas que versam sobre conhecimentos agroecológicos, manejo da terra na zona rural e até mesmo o incentivo à formação de jovens lideranças ambientais.

Esses programas de alto impacto advindos do Projeto Gira Mundo proporcionaram uma nova visão de comunidade, possibilitando uma maior aproximação do estudante com a efetiva prática, melhorando seu rendimento escolar e sensibilizando sua perspectiva de coletividade. Ademais, possibilitou aproximação dos professores com os alunos, para que as práticas docentes sejam efetivas e englobem de forma adequada às necessidades e demandas dos discentes.

Foi com a implementação de políticas afirmativas como essas demonstradas acima, que a visão do plano educacional foi se transformando, e a Paraíba foi ganhando um possível destaque de condições de melhorias que abarquem as necessidades pessoais e pedagógicas dos estudantes e professores da rede pública estadual. Fica demonstrado, então, a necessidade de remanejar o foco do ensino para um aprendizado pautado em demonstrações práticas, fazendo valer a importância do trinômio da educação, pesquisa e extensão:

É um acordo entre as partes, com a finalidade de resguardar e pactuar um conjunto de regras, direitos e obrigações [...]” (CAMARGO e DAROS, 2018, p. 21), no qual os alunos demonstram seus interesses e suas necessidades, tornando-se, assim, agentes de mudança do ambiente de sala de aula, tendo em vista que passam a expressar aquilo que desejam alcançar ao longo do ano letivo, do mesmo modo que o professor expressa seus interesses em relação à turma. É uma forma de sensibilizar o aluno da sua importância nesse processo (CAMARGO e DAROS, 2018).

Reverendo os objetivos do Projeto Gira Mundo, nota-se que, com a implementação desses programas, os professores, de fato, resgataram a essência de seus princípios de início de docência, sua propriedade intelectual e implementaram novas práticas para o funcionamento educacional e cultural, elevando, assim, a sua autonomia, eficiência e auto estima.

Conseguindo, assim, se aproximar dos objetivos trazidos pelo documento de criação do Projeto Gira Mundo, como forma de elencar a educação como um fator de suma importância social, apresentar mecanismos que venham a ser instrumentos de resolução para as dificuldades apresentadas e demonstrando que através de políticas públicas bem implementadas, é possível transformar a realidade social.

Com isso, a paradiplomacia se mostrou como sendo um instrumento transformador de realidade social e propulsor de garantia de direitos fundamentais e sociais, como no estudo de caso abarcado, o direito à educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, é através da implementação de estratégias e recursos em políticas públicas os Entes Governamentais buscam solucionar problemas sociais e públicos presentes em diversas áreas como saúde, educação, segurança pública e etc. Faz-se, portanto, imprescindível definir metas e prioridades, com a aplicação de ações mais objetivas e pontuais para atingir de forma positiva e resolutiva esses problemas.

Esse cenário denota a grande relevância das políticas públicas como ferramentas que possibilitam um maior ganho de autonomia pela região e pela população abarcadas por suas ações. Com isso, fez-se necessário uma melhor avaliação desses projetos, instituídos como políticas públicas, de modo a demonstrar seu pleno funcionamento na prática e suas reais aplicabilidades e importância.

O fenômeno da paradiplomacia, como já bem conceituado por Noé Cornago Prieto, é um envolvimento do governo subnacional (Estados, Municípios e Distritos) nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos, formais e informais, permanentes ou provisórios, com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando resultados socioeconômicos ou políticos, bem como qualquer outra dimensão externa de sua própria competência constitucional, ou seja, é um fenômeno que se mostra cada vez mais necessário e pertinente.

Foi com o advento do mundo globalizado e do avanço tecnológico que notou-se a iminente necessidade de estreitar relações com diversos organismos internacionais e de realizar acordos que tratam sobre questões mais pontuais e específicas de cada região, com o intuito de que o intercâmbio cultural proporcione novas perspectivas de melhoria estrutural e social.

Como forma de demonstrar que a prática da Paradiplomacia e os acordos advindos de sua atuação atuam como um instrumento garantidor de princípios fundamentais para proporcionar uma melhor qualidade de vida à região e, conseqüentemente, à população beneficiada pelos acordos, buscou-se demonstrar,

de forma pontual, um direito social básico, garantido pela Constituição da República, que é a educação, no decorrer da análise do Projeto Gira Mundo.

O supracitado projeto tem o intuito de selecionar professores e estudantes da rede pública de ensino da Paraíba para realizar um intercâmbio cultural em outros países partícipes, adquirir conhecimento, estudar e, no seu retorno à região de origem no Estado, implementar programas que corroborem com a melhoria e o desenvolvimento.

Dessa forma, através do estudo de caso do Projeto Gira Mundo, utilizando-se do método de pesquisa descritiva, com ênfase na observação e análise documental, objetivou-se explicitar a teoria do Projeto e abrir novos horizontes e perspectivas no ramo educacional do Estado da Paraíba. Foi com a apresentação detalhada do fenômeno da paradiplomacia que o presente estudo buscou apresentá-la como um mecanismo possibilitador de autonomia e expansão dos governos subnacionais.

Ao demonstrar a aplicação da paradiplomacia no Projeto Gira Mundo, foi feito um levantamento dos programas advindos do referido Projeto, tanto dos estudos dos alunos, quanto dos professores. Também foram pontuadas suas linhas de pesquisa, formas de implementação de programas, particularidades e, principalmente, a contribuição de cada um desses programas para o Estado da Paraíba, sob a ótica de cada um dos grupos de partícipes e suas visões sobre as necessidades de melhoria ali encontradas, como forma de apontar suas benesses para o desenvolvimento social e educacional do Estado.

Cabe pontuar, ainda, que os programas frutos desse Projeto mostraram-se tão eficientes que, inclusive, ocorreu a Promulgação do Decreto nº 38.074 de 07 de fevereiro de 2018, que criou uma Rede de Formação e Colaboração Gira Paraíba para que ocorra a formação continuada de técnicas de melhoramento no ambiente educacional dentro das escolas públicas da paraíba.

Nesse contexto, esse trabalho foi desenvolvido com o escopo de realizar uma análise do Projeto Gira Mundo, instituído pela Lei 10.613/2015, como um tipo de acordo paradiplomático, em decorrência de suas características e peculiaridades. A demonstração de sua aplicabilidade e benfeitorias ratifica a importância de observar a paradiplomacia com um olhar mais atento e crítico, com o intuito de implementá-la, cada vez mais, na dinâmica dos entes subnacionais para que seus direitos, sociais, políticos e econômicos sejam efetivados de maneira mais pontual e objetiva.

Como forma de contribuir para o aprimoramento e perpetuação do Projeto Gira Mundo, sugere-se que seja realizado um maior investimento na contratação de novos professores que possam compor o quadro educacional e participar mais efetivamente das próximas edições do Projeto, de forma mais completa, ou seja, podendo atuar com um tempo maior de pesquisa e que, ao retornar tenham uma melhor estrutura de recepção para a possível propagação. Ademais, que seja investido em capacitações mais avançadas aos professores, chegando, inclusive, a trazer professores internacionais para darem capacitações.

Diante de tais considerações, tem-se a expectativa de que as teorias apontadas, as análises desenvolvidas e os resultados elencados, a partir dos estudos acerca do Projeto Gira Mundo tenham contribuído para que o fenômeno das práticas paradiplomáticas seja considerado imprescindível e ganhe cada vez mais espaço nas práticas frequentes dos entes subnacionais, com o intuito de transformá-los em organismos mais autônomos e capazes.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Tiago Scher Soares de. **Paradiplomacia no Brasil: os casos do Estado da Bahia e do Município de Salvador e a política externa subnacional**. 2019. 113 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

BONAVIDES, P. **Curso de direito constitucional**. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

BORRELL, M. La ciudad como actor interacional: El caso de Mercociudades. Anais da XIV Jornada Internacional de Jovens Pesquisadores da AUGM. Campinas: Unicamp, 2006.

BRASIL (Constituição). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988SILVA, José Afonso. Comentário Contextual à Constituição. e. 3. São Paulo, SP: Malheiros Editores Ltda., 2007. 1024p.

_____. Ministério da Educação. **Complexidade de Gestão da Escola**. Brasília: Ministério da Educação, 21 out. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/complexidade-de-gestao-da-escola>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. **A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo**. Porto Alegre: Penso, 2018.

CANOTILHO, J.J.G. **Direito constitucional e teoria da Constituição**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1999.

COMO aprender inglês pode ajudar na sua carreira?. **Catho**, 2022. Disponível em: <<https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/carreira/como-aprender-ingles-pode-ajudar-na-sua-carreira/>>. Acesso em: 12 mar. 2022.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2003

DELEVATTI, Alex Faturi. **A Educação Básica como Direito Fundamental na Constituição Brasileira**. Dissertação (mestrado) - Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Programa de Mestrado Acadêmico em Ciência Jurídica, Orientação Prof. Dr. Marcos Leite Garcia, Ciências Jurídicas, Políticas e Sociais, 2006, p.

DWYER, Mary M. Mais é melhor: O impacto da duração do programa de estudos no exterior. **Fronteiras: A revista interdisciplinar de estudo no exterior**, v. 10, p. 151-163, 2004.

HALL, Stuart. **Ethnicity: identity and difference**. Disponível em: <<http://antigo.paraiba.pb.gov.br/index-10290.html>>. Acesso em: 29 maio 2013.

HOCKING, Brian. Localizing foreign policy: non central governments and multilayered diplomacy. Londres: Macmillan/St. Martins Press, 1993.

KRASILCHIK, M. Prática de ensino de Biologia. São Paulo: Edusp, 2005. 197p.
Sassen, Saskia. 2005. The global city: introducing a concept. Brown Journal of World Affairs, 11(27-43)

KULGEMAS, Eduardo; SALLUM Jr., BRASÍLIO & GRAEFF, Eduardo (1989), "Conflito Federativo e Transição Política", in São Paulo em Perspectiva, jul/set, São Paulo

LESSA, José Vicente da Silva. **Paradiplomacia no Brasil e no Mundo: o poder de celebrar tratados dos governos não centrais**. Viçosa, MG: UFV, 2007.

MAIA, José Nelson Bessa; SARAIVA, José Flávio Sombra. A paradiplomacia financeira no Brasil da República Velha, 1890-1930. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 55, n. 1, p. 106-134, 2012.

MILANI, Carlos RS; RIBEIRO, María Clotilde M. Paradiplomacia y proyección internacional de las ciudades brasileñas: la elaboración del concepto de "gestión internacional local". **Geopolítica (s). Revista de estudios sobre espacio y poder**, v. 1, n. 1, p. 23-40, 2010.

NUNES, Cooperation. **Credit risk measurement and credit risk management**. Disponível em: <<http://www.moodyskmv.com/>>. Acesso em: 26 out. 2012.

PARAÍBA. CRIA: Programa de Educação Integral para o Ensino Fundamental é implantado na Paraíba. João Pessoa: SEECT, 2019. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao-e-da-ciencia-e-tecnologia/noticias/cria-programa-de-educacao-integral-para-o-ensino-fundamental-e-implantado-na-paraiba>>. Acesso em: 29 maio 2020.

_____. Medida Provisória nº 240, de 10 de dezembro de 2015. Institui o Programa de Intercâmbio Internacional – GIRA MUNDO. **Diário Oficial do Estado, Paraíba, PB**, 11 dez.2015. p.1-2.

_____. Lei nº 10.613, de 18 de dezembro de 2015. Institui o Programa de Intercâmbio Internacional – GIRA MUNDO. **Diário Oficial do Estado, Paraíba, PB**, 24 dez.2015. p.2.

_____. Decreto nº 36.539, de 29 de dezembro de 2015. Regulamenta a Lei 10.613, de 24 de dezembro de 2015, que institui o Programa de Intercâmbio Internacional - GIRA MUNDO, com finalidade de ofertar bolsas de intercâmbio internacional aos alunos do Ensino Médio e professores efetivos da Rede Pública Estadual, define critérios para seleção de estudantes e docentes para participar do Programa e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado, Paraíba, PB**, 30 dez. 2015. p.39-40.

_____. Decreto nº 36.408, de 30 de novembro de 2015. Cria a Escola Cidadã Integral, institui o Regime de Dedicação Docente Integral – RDDI e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado, Paraíba, PB**, 01 dez. 2015. p.1-2.

_____. Decreto nº 36.409, de 30 de novembro de 2015. Cria a Escola Cidadã Integral Técnica, institui o Regime de Dedicação Docente Integral – RDDI e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado, Paraíba, PB**, 01 dez. 2015. p.2-3.

_____. Decreto nº 36.033, de 14 de julho de 2015. Cria o Programa PARAÍBA – TEC e dá outras Providências. **Diário Oficial do Estado, Paraíba, PB**, 15 jul. 2015. p.1

PPGC (Programa Pacto Global de Cidades). 2014. **A framework for translating the Global Compact Principles into day-to-day urban governance and management**. Acesso em 15 de dezembro de 2014.
<http://citiesprogramme.com/aboutus>.

PRAZERES, Tatiana Lacerda. **Por uma atuação constitucionalmente viável das unidades federadas brasileiras**. In: VIGEVANI, Tullo, et al (Orgs.). A dimensão subnacional e as relações internacionais. São Paulo: EDUC; Fundação Editora da UNESP; Bauru: EDUSC, 2004.

PRIETO, Noé Cornago. O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental. **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: Educ, p. 251-282, 2004.

PROGRAMA Gira Mundo contribui para a melhoria do ensino público na PB. **A União**, 2017. Disponível em:
<https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_paraiba/programa-gira-mundo-contribui-para-a-melhoria-do-ensino-publico-na-pb>. Acesso em: 15 mar. 2022.

RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles. **Globalização e novos atores: a paradiplomacia das cidades brasileiras**. Edufba, 2009.

SARFATI, Gilberto. **Teorias de relações internacionais**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

SCHEIRER, M. A. Designing and using process evaluation. In: WHOLEY, J. S; HATRY, H. P., NEWCOMER. K., E (Ed.). **Handbook of practical evaluation**, v. 40, p. 68, 1994.